

O Reino Unido e a Reforma da União Europeia

Muito tem sido dito sobre a Grã-Bretanha na Europa, particularmente nos últimos dois anos. Uma parte tem sido ponderada e precisa. A maior parte não tem.

TRADUZIDO POR **Raquel Duque**



Nos próximos 15 minutos, mais ou menos, quero responder à pergunta colocada por este debate. Quero propor-vos uma ideia do que uma Europa reformada – com o Reino Unido no seu seio – pode parecer. Utilizarei as minhas palavras, mas também contarei com palavras de outros, principalmente do Primeiro-Ministro David Cameron e do nosso Ministro das Finanças, George Osborne. Porque, ao contrário do que possam ter lido, nós *temos* uma visão



POR
**Kirsty
Hayes**

Embaixadora
do Reino Unido
em Portugal

de como se apresenta a Grã-Bretanha na Europa. É uma visão positiva, que visa proporcionar benefícios. O Primeiro-Ministro, e outros, foram identificando exatamente isso nos últimos meses – por exemplo, quando David

Cameron falou na Chatham House sobre as reformas específicas que o Reino Unido está à procura e na carta que ele enviou subsequentemente ao Presidente do Conselho Europeu.

Quero começar por olhar para o passado, para a história da Grã-Bretanha na Europa. Virei em seguida para o presente, para a agenda de reforma do Reino Unido, e concluirei levando-vos ao futuro 10 anos.

O PASSADO

Por todas as nossas conexões ao resto do mundo – das quais estamos evidentemente orgulhosos – a Grã-Bretanha sempre foi uma potência europeia e sempre será. Das legiões de César às guerras napoleónicas. Da Reforma, ao Iluminismo e da Revolução Industrial à derrota do Nazismo. Temos ajudado a escrever a história europeia, e a Europa tem ajudado a escrever a nossa.

No mês passado estava no Algarve a recordar, como fazemos todos os anos, aqueles que pagaram o sacrifício final pela nossa liberdade. Em todo este continente, em cemitérios silenciosos, jazem centenas de milhares de militares britânicos, homens e mulheres, que deram as suas vidas pela liberdade da Europa. Alguns deles repousam lado a lado com homens e mulheres portugueses, que lutaram juntos durante a Primeira Guerra Mundial. Nas décadas mais recentes desempenhámos o nosso papel em derrubar a Cortina de Ferro e em defender a entrada na UE daqueles países que perderam tantos anos para o Comunismo.

E contido nesta história está o ponto crucial sobre a Grã-Bretanha, o nosso carácter nacional, a nossa atitude para com a Europa. Eu sei que o Reino Unido é frequentemente visto como um membro argumentativo e resolutivo da família das nações europeias. É verdade que a nossa geografia moldou a nossa psicologia. Temos o carácter de uma nação insular – independente, franca, apaixonada na defesa da nossa soberania. Somos rigorosamente práticos e realistas. E assim chegamos à União Europeia com um estado de espírito que é mais prático do que emocional.

Para nós, a União Europeia é um meio para um fim – prosperidade, estabilidade, a âncora da liberdade e democracia tanto dentro da Europa como

além das suas margens – não um fim em si mesmo. Nós perguntamos insistentemente: Como? Porquê? Para quê?

O PRESENTE

O que me traz ao presente. Penso que os cidadãos europeus se sentem menos seguros do que em qualquer momento desde a Guerra Fria. Sobre as nossas fronteiras, a agressão russa ameaça a vizinhança de leste. A sul, os Estados falhados da Líbia e da Síria apresentam desafios dramáticos para a nossa segurança coletiva.

Na Europa, estagnação económica, desemprego, um rápido envelhecimento da população e generalização do alheamento dos eleitores causam um profundo mal-estar. Este alheamento dos eleitores está a tornar a política menos previsível. Nos últimos anos, temos visto a ascensão de partidos contrários à totalidade, ou a parte, do projeto europeu. Syriza, Podemos, UKIP. E em Portugal, dois partidos que se opõem à adesão de Portugal ao euro desempenham um papel crucial no apoio ao novo governo. Por conseguinte, alguns têm questionado: porquê levantar questões fundamentais sobre o futuro da Europa quando a Europa já está a braços com várias crises profundas?

A minha resposta é que o maior perigo para a União Europeia não vem daqueles que defendem a mudança, mas daqueles que denunciam um novo pensamento como heresia. A maior esperança para a sustentabilidade futura da UE não são os governos que negam as preocupações legítimas dos seus eleitores mas aqueles que ouvem e tentam influenciar o rumo futuro da UE, enquanto nutrem e protegem os seus valores fundamentais.

O meu Primeiro-Ministro quer que a União Europeia seja um sucesso. E ele quer uma relação entre a Grã-Bretanha e a UE que mantenha o povo inglês nela – e empenhado. Como ele disse recentemente na Chatham House, se conse-

guirmos um acordo que funcione para a Grã-Bretanha e funcione para vós, os nossos parceiros europeus, David Cameron fará campanha para manter a Grã-Bretanha dentro da UE de alma e coração. E acreditamos que as mudanças que desejamos importam realmente para uma UE melhor para todos nós, não apenas para o Reino Unido.

Então, o que é que nós queremos? Queremos quatro coisas. Que a Europa seja mais competitiva. Que exista equidade [*fairness*] para aqueles que escolhem não aderir à zona Euro. Que haja maior responsabilização democrática. E que o Reino Unido tenha maior controlo sobre a forma como gerimos os fluxos de pessoas que provêm do resto da UE.

COMPETITIVIDADE

Primeiro, a força e a competitividade da economia europeia. A Europa está a perder terreno para o resto do mundo. 90% do crescimento global tem origem fora da Europa. E a produtividade da UE não acompanha a de outros países, especialmente a dos EUA. Queremos ver um aprofundamento do Mercado Único, particularmente no digital e nos serviços.

O Mercado Único funciona bem quando comercializamos bens – menos bem quando comercializamos serviços, apesar de os serviços representarem 75% das nossas economias e estarem a gerar a grande maioria dos novos empregos. Também queremos ver mais progresso, e mais rápido, no corte de regulação complexa e dispendiosa, particularmente quando o seu encargo é suportado por PMEs. Gostaríamos de ver uma meta de reduzir os encargos globais dos negócios.

Por ultimo, queremos ver mais trabalho, e mais enérgico, em garantir acordos comerciais. O acordo de comércio livre que a UE estabeleceu com a Coreia do Sul é estimado que beneficie a economia do Reino Unido em £500 milhões num ano. Mas existem acordos comerciais com o Japão (no valor que as-

cende aos £42 mil milhões por ano para a economia da UE) e com os EUA (no valor anual até aos £100 mil milhões, ou 0.5% do PIB, para a economia da UE – com Portugal a figurar como um dos Estados-membros potencialmente mais beneficiados) e um acordo de investimento com a China que aguarda ser concluído.

A Europa deve e pode fazer mais para impulsionar o crescimento e o emprego para todos.

GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

A segunda reforma que procuramos é a relação entre aqueles no seio da zona Euro e aqueles fora dela, não só para benefício do Reino Unido, mas também para que ela funcione melhor para todos. O Reino Unido quer que a zona Euro seja mais forte e apoia os passos necessários para que isso aconteça. Ainda que não façamos parte da moeda única – e nunca faremos – é do nosso interesse que ela seja um sucesso. 40% das nossas exportações vão para a zona Euro. Por isso, não desejamos dificultar medidas que países da zona Euro decidam tomar para assegurar o futuro da sua moeda a longo-prazo; e consideramos lógico aprofundar a integração económica, bancária e financeira no seio da zona Euro. Mas queremos ter a certeza de que estas mudanças respeitam a integridade do Mercado Único e os interesses legítimos dos membros que não pertencem ao Euro. Não estamos à procura de uma nova auto-exclusão (opt-out). Nem estamos à procura de um veto sobre o que vocês podem fazer na zona Euro. Não, o que procuramos são princípios jurídicos vinculativos que salvaguardem a operação da União para todos os 28 Estados-membros – e um mecanismo de salvaguarda que assegure que estes princípios são respeitados e aplicados. Estes princípios devem incluir o reconhecimento de que:

- A UE tem mais do que uma moeda;
- Não deve haver discriminação contra nenhum negócio na base da moeda do seu país;
- Quaisquer alterações que a zona Euro decida tomar devem ser voluntárias para os países não pertencentes à zona Euro, nunca obrigatórias;
- Os contribuintes em países fora do Euro nunca devem ser financeiramente responsáveis por operações de apoio à



Penso que os cidadãos europeus se sentem menos seguros do que em qualquer momento desde a Guerra Fria

moeda na zona Euro;

• Quaisquer problemas que afetem todos os Estados-membros devem ser discutidos e decididos por todos os Estados-membros.

SUBSIDIARIEDADE

O terceiro elemento essencial do que queremos alcançar através da nossa agenda de reforma da UE diz respeito à soberania, responsabilização democrática e poder. E isto insere-se bem no que disse sobre a zona Euro, porque a decisão de criar o Euro introduziu uma dinâmica nova e diferente.

A união monetária tem uma lógica intrínseca que determina que os Estados-membros terão de integrar mais ao longo do tempo. Mas não é essa a escolha ou o destino de cada Estado-membro. Na verdade, as conclusões do Conselho Europeu de Junho de 2014 reconheceram pela primeira vez que uma “união cada vez mais estreita” numa UE diversa de hoje significa diferentes coisas para países diferentes. E isso é crítico para o Reino Unido. Para nós, a frase “união cada vez mais estreita” é difícil de entender.

Quantos de vós já leram o Tratado de Lisboa? No caso de não terem lido – ou se esqueceram – o texto completo diz:

“continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões sejam tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos, de acordo com o

princípio da subsidiariedade”.

Muitas vezes o foco tem sido na “união cada vez mais estreita” e não na “subsidiariedade”. “União cada vez mais estreita” tem sido usada para justificar uma série de desenvolvimentos nunca previstos por aqueles que esboçaram o Tratado em primeiro lugar.

Uma união política e económica contínua e inevitável – um processo pelo qual o poder flui de Estados-nação individuais para instituições em Bruxelas e que prejudica a soberania dos nossos parlamentos nacionais – simplesmente não é apelativa para a maioria dos britânicos. E é por isso que queremos acabar com a obrigação da Grã-Bretanha trabalhar para uma “união cada vez mais estreita” – e fazer isso de uma maneira formal, juridicamente vinculativa e irreversível.

Acreditamos que deve ser dada aos parlamentos nacionais maior influência em conectar os cidadãos às decisões tomadas pela UE. O Parlamento Europeu também tem um papel vital a desempenhar. Mas dadas as elevadas taxas de abstenção na eleição europeia (mais elevada em Portugal do que no Reino Unido), precisamos de reconhecer que os parlamentos nacionais são a fonte essencial da legitimidade democrática e da responsabilização na UE. Então também queremos reforçar o papel dos parlamentos nacionais ao propor uma nova disposição onde grupos de parlamentos nacionais, agindo em conjunto, podem impedir propostas legislativas indesejadas do Parlamento Europeu.

Para ser clara, não um veto unilateral...

Por fim, queremos ver o compromisso da UE em relação à subsidiariedade totalmente implementada, com propostas claras para alcançá-la. Como os holandeses disseram, a ambição deve ser “Europa sempre que necessária, nacional sempre que possível”.

LIVRE CIRCULAÇÃO

Finalmente, imigração, talvez a única área onde há o maior mal-entendido sobre o que o Reino Unido pretende atingir.

Deixem-me começar por estabelecer um pouco do contexto. Ao contrário da maioria dos outros Estados-membros, incluindo Portugal, claro, a população do Reino Unido está a expandir. A população do Reino Unido cresceu de 59 para 65 milhões entre 2000 e 2015 – mais de 10%. Estima-se que a nossa população ultrapasse os 70 milhões em 2027 e prevemos tornar-nos no país mais populoso da Europa em 2050. A pressão que isto coloca nos serviços públicos é imensa. Estes fluxos muito substanciais de pessoas são muito mais elevados do que o previsto – e ainda mais elevados do que os pais fundadores da UE jamais contemplaram. Estes fluxos tiveram, também, um impacto significativo num número de Estados-membros, muitos dos quais viram os seus cidadãos altamente qualificados partirem em massa. Reconhecerão isto aqui em Portugal.

O Reino Unido sempre foi uma nação de comércio e aberta e não queremos mudar isso. O princípio de livre circulação de trabalhadores é um direito básico e é uma parte fundamental do Mercado Único. Nós também não queremos mudar isso. Mas queremos encontrar mecanismos que permitam a um Estado-membro como o Reino Unido restaurar um sentido de justiça ao nosso sistema de imigração. Sob as regras de liberdade de circulação, os sistemas de segurança social nacionais podem constituir um incentivo adicional não intencional a grandes movimentos migratórios. Por esse motivo acreditamos ser correto reduzir os incentivos às pessoas que querem vir para a Grã-Bretanha. Portanto, temos muito trabalho a fazer internamente para ter a certeza de que o nosso sistema doméstico de benefícios não atue inadverti-



damente como um íman. Mas também procuramos o reconhecimento dos nossos colegas da UE de que para o fazermos não discriminamos, nem minamos de alguma forma, os princípios nos quais a União Europeia foi construída.

Na carta do Primeiro-Ministro ao Presidente Tusk, ele estabeleceu um número de medidas práticas e justas que não danificam os princípios fundamentais da livre circulação. A saber:

- Reconhecer que o princípio de livre circulação é uma liberdade de circular para trabalhar, não uma liberdade para escolher o local para onde se pode ir e reivindicar benefícios;

- Assegurar que as pessoas que vêm da UE para o Reino Unido devem contribuir durante quatro anos antes de se qualificarem para os benefícios laborais ou a habitação social (inclui cidadãos britânicos que venham da UE);

- Garantir que quando novos países são admitidos na UE, a livre circulação não se aplicará até as suas economias terem convergido mais estreitamente;

- Acabar com a prática de enviar o abono infantil para o estrangeiro;

- Reprimir o abuso da livre circulação, incluindo as proibições de reentrada prolongada para fraudulentos e maiores poderes para deportar criminosos e impedir que regressem.

O Reino Unido é uma das sociedades mais vibrantes e multiculturais do mundo. Beneficiámos económica, social e culturalmente das sucessivas vagas de imigração, especialmente dos países da Commonwealth e da UE. Como David Cameron afirmou, *“Somos a Grã-Bretanha por causa da imigração, não apesar dela.”* Mas a escala e a velocidade do movimento que temos visto nas últimas décadas simplesmente não é sustentável. Por isso, o debate sobre imigração é discutido tão apaixonadamente no Reino Unido. E, por isso, está no cerne da nossa agenda de reforma da UE.

PROCESSO

Espero que concordem que os passos que serão necessários para tornar a Grã-Bretanha mais confortável na sua relação com a UE não são estranhos nem irrazoáveis. Nem que é correto caracterizar as ambições do Reino Unido de reforma como, de certa forma, egoístas ou anglocêntricos. Longe disso. Existem áre-



“União cada vez mais estreita” tem sido usada para justificar uma série de desenvolvimentos nunca previstos por aqueles que esboçaram o Tratado em primeiro lugar

as claras nas quais esperamos que cada Estado-membro reconheça algo que ele compreenda, algo que queira, algo que possa trabalhar connosco. O processo de estabelecer concordância está bem encaminhado. Desde o Conselho Europeu de Junho têm tido lugar em Bruxelas e em capitais europeias negociações técnicas. Nos últimos meses, o Primeiro-Ministro e outros Ministros têm viajado por capitais europeias para defender a reforma. Lisboa foi uma das primeiras cidades desse périplo e David Cameron já falou com o vosso novo Primeiro-Ministro.

Mas agora o processo de negociação alcançou uma nova fase. O Primeiro-Ministro escreveu ao Presidente do Conselho Europeu definindo em pormenor os nossos objetivos de reforma. Agora vamos trabalhar afincadamente para atingir um resultado significativo no Conselho Europeu de Dezembro. É nossa esperança e ambição concluir um acordo com a maior brevidade possível, mas a nossa prioridade é ter o conteúdo bem primeiro. Quando alcançarmos esse acordo, o Primeiro-Ministro tem sido claro de que ele deve ser juridicamente vinculativo e irreversível – e, se necessário, constar dos Tratados. Isto não significa alteração imediata de Tratados, mas um compromisso para alterar as coisas de modo permanente. Tem havido muita especulação sobre o calendário do referendo no Reino Unido. Tudo o que sabemos com certeza é que será antes

do fim de 2017 – e que o governo descartou a possibilidade de o realizar conjuntamente com as eleições locais e regionais de Maio de 2016 ou com as eleições locais de Maio de 2017.

O FUTURO

Isto é o passado e o presente. E o futuro? Como será uma UE reformada, com um Reino Unido vibrante, empenhado e confiante no seu centro?

Será uma União Europeia com o Mercado Único no seu âmago, a liderar o mundo em competitividade, um íman para *start-ups*, uma referência de empregos e crescimento. Será uma União Europeia na qual os países do Euro e fora dele podem ver os seus interesses completamente protegidos. Será uma União Europeia que reconhecerá as diferentes visões dos seus membros e celebrará a sua diversidade como uma fonte de força. Será uma União Europeia na qual aqueles que desejaram avançar para uma união política serão livres de o fazer – mas onde será claramente aceite que a Grã-Bretanha e talvez outros não queiram embarcar em tal esforço.

Será uma União Europeia na qual o Reino Unido pode exercer maior controlo sobre o número de pessoas que chegam ao nosso país – e, consequentemente, ajudar a inverter o défice democrático que se acumulou nos últimos anos. Será uma União Europeia com a flexibilidade necessária para assegurar que todos os seus membros sentem que a sua adesão funcionou para eles.

Esta é a nossa ideia para a Europa.

CONCLUSÃO

Há um grande prémio a considerar. Se pudermos resolver as matérias que preocupam o povo britânico e alcançar um voto no “SIM” no referendo, resolveremos a questão do lugar da Grã-Bretanha na Europa e permitiremos que o Reino Unido tenha um papel totalmente empenhado numa União Europeia mais competitiva, próspera, virada para o exterior e confiante no futuro.

Com coragem e convicção, com paciência, boa vontade e muita criatividade, acreditamos que isto é possível, tornando a Grã-Bretanha e toda a Europa mais seguras e mais prósperas para as gerações vindouras. ■